

**Plano
Mais Brasil
PPA
2012  2015**

**RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO
ANO BASE 2012**

VOLUME II - TOMO I

MONITORAMENTO TEMÁTICO

Políticas Sociais





MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PPA
2012  **2015**

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO
ANO BASE 2012

VOLUME II - TOMO I

MONITORAMENTO TEMÁTICO

Políticas Sociais

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K

FONE: 55 (61) 2020.4080

FAX: 55 (61) 2020.4498

CEP: 70040-906 – Brasília – DF

Site: www.planejamento.gov.br

© 2013, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de
Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Plano Mais Brasil PPA 2012-2015 : Relatório Anual da avaliação : ano base
2012 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SPI. - Brasília :
MP/SPI, 2013.

5v.

Conteúdo parcial : Monitoramento temático : Políticas sociais, v.2, t.1

1. Plano Plurianual -2012-2015 - Brasil. 2. Políticas sociais. 3. previdência social.
4. trabalho-emprego-renda. 5. Saúde. 6. direitos humanos. 7. educação. 8. cultura.
9. esportes. I. Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico – SPI.

CDU 338.26"2012-2015"(81)
v.2, t.1

República Federativa do Brasil

Presidenta da República

Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministros:

Advogado Geral da União

Luís Inácio Lucena Adams

Ministra-chefe da Casa Civil

Gleisi Helena Hoffmann

Ministro-chefe da Controladoria Geral da União

Jorge Hage Sobrinho

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

Marco Antônio Raupp

Ministra de Estado da Cultura

Marta Suplicy

Ministro de Estado da Defesa

Celso Amorim

Ministro de Estado da Educação

Aloizio Mercadante Oliva

Ministro de Estado da Fazenda

Guido Mantega

Ministro de Estado da Integração Nacional

Fernando Bezerra Coelho

Ministro de Estado da Justiça

José Eduardo Cardozo

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura

Marcelo Bezerra Crivella

Ministro de Estado da Previdência Social

Garibaldi Alves Filho

Ministro de Estado da Saúde

Alexandre Rocha Santos Padilha

Ministro de Estado das Cidades

Aguinaldo Ribeiro

Ministro de Estado das Comunicações

Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Antonio de Aguiar Patriota

Ministro de Estado de Minas e Energia

Edison Lobão

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Gilberto José Spier Vargas

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Tereza Campello

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Fernando da Mata Pimentel

Ministro de Estado do Esporte

José Aldo Rebelo

Ministra de Estado do Meio Ambiente

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Miriam Belchior

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Manoel Dias

Ministro de Estado do Turismo

Gastão Dias Vieira

Ministro de Estado dos Transportes

César Augusto Rabello Borges

Ministro de Estado-chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República

Guilherme Afif Domingos

Ministro de Estado-chefe Interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Marcelo Côrtes Neri

Ministro de Estado-chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República

Wellington Moreira Franco

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Maria do Rosário Nunes

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

Luiza Helena de Bairros

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

Eleonora Menicucci de Oliveira

Ministro de Estado-chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República

José Leônidas de Menezes Cristino

Ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Helena Chagas

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Relações Institucionais

Ideli Salvatti

Ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República

Gilberto Carvalho

Ministro de Estado-chefe do Gabinete de Segurança Institucional

José Elito Carvalho Siqueira

Presidente do Banco Central do Brasil

Alexandre Antonio Tombini

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO GERAL.....	9
INTRODUÇÃO	11
POLÍTICAS SOCIAIS.....	13
2061 - Previdência Social.....	15
2071 - Trabalho, Emprego e Renda.....	17
2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	65
2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).....	113
2019 - Bolsa Família	139
2069 - Segurança Alimentar e Nutricional	149
2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas	175
2070 - Segurança Pública com Cidadania.....	185
2020 - Cidadania e Justiça.....	237
2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.....	279
2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes.....	291
2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude	303
2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência	319
2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial.....	355
2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência.....	375
2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas.....	381
2030 - Educação Básica.....	415
2031 - Educação Profissional e Tecnológica	441
2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.....	449
2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso.....	461
2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos.....	491
ANEXO - EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS.....	505

PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Proporção de Municípios com ações, projetos e/ou programas executados pela Prefeitura isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades na área de esporte	%	31/12/2009	89,45	31/12/2009	89,45
Proporção de Municípios com calendário de eventos esportivos	%	31/12/2009	65,91	31/12/2009	65,91
Proporção de Municípios com Conselho Municipal de Esporte	%	31/12/2009	11,2	31/12/2009	11,2
Proporção de Municípios com Política de Esporte contemplada na Lei Orgânica ou outro instrumento legal	%	31/12/2009	83,22	31/12/2009	83,22
Taxa de acesso ao esporte nas escolas públicas da Educação Básica que participam do Mais Educação/MEC	%	31/12/2010	11,49	31/12/2012	85,4
Volume de Recursos captados pela Lei de Incentivo ao Esporte - LIE	R\$ milhão	31/12/2010	185,1	30/03/2012	221

Observações:

Proporção de Municípios com ações, projetos e/ou programas executados pela Prefeitura isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades na área de esporte - Proporção de Municípios com calendário de eventos esportivos - Proporção de Municípios com Conselho Municipal de Esporte - Proporção de Municípios com Política de Esporte contemplada na Lei Orgânica ou outro instrumento legal: as informações referentes a estes indicadores não foram incluídas no questionário da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Munic/IBGE 2011, de forma que não há, até o momento, apuração mais recente que os índices de referência.

OBJETIVO: 0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo

Os principais programas voltados à ampliação e qualificação do acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer são o Programa Segundo Tempo– PST e o Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC. O PST, desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação, no âmbito do Mais Educação, oferece atividades esportivas no contra-turno escolar para crianças, adolescentes e jovens, com a finalidade de promover-lhes o desenvolvimento integral como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida. O PELC oferece acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer a pessoas de todas as idades, além de integrar suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social e cultural.

Em 2012, as ações do Programa Segundo Tempo foram concentradas no processo de reestruturação interna, com a criação de novos modelos de acompanhamento e fiscalização e, ainda, no fortalecimento da proposta pedagógica, com a implementação de uma nova metodologia de acompanhamento pelas universidades parceiras e a ampliação das estratégias de capacitação para alcançar todos os recursos humanos que atuam nos Núcleos de Esporte Educacional, resultando na qualificação do atendimento aos beneficiados.

Além disso, o programa avançou com a criação de uma nova estratégia de funcionamento, específica para os governos estaduais, mediante a implementação do Projeto Piloto - PST Modalidades, que tem por objetivo potencializar a prática de modalidades específicas e o desenvolvimento esportivo escolar, inter-relacionando-o com a realização dos Jogos Escolares Brasileiros em suas três fases (interescolar, municipal, estadual).

No que tange ao Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC, este passou por uma importante qualificação em sua formatação, sendo definidos dois tipos de núcleos de esporte recreativo e de lazer para todas as idades: PELC Urbano e PELC para Povos e Comunidades Tradicionais.

Para os programas Pintando a Cidadania e Pintando a Liberdade, foi dado prosseguimento à produção dos materiais esportivos e uniformes dos convênios celebrados em anos anteriores.

Já o Vida Saudável, até 2011 considerado um núcleo do PELC, em 2012 foi valorizado e passou a ser um importante programa social, atendendo especificamente a adultos com idade a partir de 45 anos e idosos. Cabe ressaltar que este esforço está sintonizado com a tendência de aumento da longevidade do brasileiro, segundo apurações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse sentido, buscando avançar na democratização do acesso ao esporte e ao lazer, o Ministério do Esporte desenvolveu em 2012 o chamamento público para novos projetos, avançando para a municipalização do programa e para o envolvimento das universidades brasileiras no atendimento da população. Atualmente novos núcleos dos programas PELC e Vida Saudável estão em processo de implementação.

Além destes pontos, o Sistema de Formação, Monitoramento e Avaliação do PELC e do Vida Saudável tiveram importantes investimentos, que garantirão em 2013 a capacitação de agentes sociais e gestores in loco e à distância, bem como o acompanhamento dos convênios vigentes, através dos consultores selecionados, com vistas a avaliar de forma sistemática as políticas implementadas.

Com relação ao Esporte Escolar, em 2012 o Ministério do Esporte (ME) apoiou um calendário de competições, atendendo a aproximadamente 3,7 mil atletas. Foram apoiados quatro eventos nacionais e cinco internacionais em parceria com a Confederação Nacional Brasileira do Desporto Escolar (CBDE). Já no Esporte Universitário, o ME apoiou 14 eventos internacionais, atendendo a aproximadamente 3,2 mil beneficiados, em parceria com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU). Ainda em 2012, o ME realizou os XVIII Jogos Sul-Americanos Escolares e a Assembleia Extraordinária do Conselho Sul-Americano de Esporte (CONSUDE). Os Jogos reuniram 12 países da América do Sul, com a participação de aproximadamente 2,5 mil atletas, na cidade de Natal/RN.

No âmbito da política esportiva indígena, além dos núcleos tradicionais do PST e do PELC, existem os Jogos dos Povos Indígenas, que ocorrem a cada dois anos e são considerados um dos maiores encontros esportivos culturais e tradicionais de indígenas da América. Os Jogos KARI-OCA 2012 ocorreram na cidade do Rio de Janeiro/RJ, por ocasião da Conferência Rio + 20, e envolveram aproximadamente 360 indígenas de 20 etnias brasileiras e 20 articuladores indígenas.

Por fim, com relação às articulações intersetoriais, destacam-se os seguintes pontos:

- **EDUCAÇÃO:** Além da parceria com o MEC, referente ao Mais Educação, outra ação importante no desenvolvimento do esporte educacional foi a parceria com o Ministério da Defesa, firmada desde 2011, no âmbito do Programa Forças no Esporte, para implantação de 120 núcleos durante dois anos, atendendo 12.000 crianças e jovens. Esta cooperação tem demonstrado a importância das iniciativas intersetoriais, dada a sua abrangência e aceitação nas comunidades atendidas.

- **PROTEÇÃO SOCIAL:** Objetivando o reconhecimento do direito de acesso ao esporte a todos os cidadãos, o ME tem participação em várias instâncias de deliberação das políticas públicas de proteção social. A participação nesses fóruns de discussão foi de extrema importância para garantir a inclusão do Esporte nessas políticas.

- **SAÚDE:** Dando continuidade às ações conjuntas entre os Ministérios do Esporte (ME) e da Saúde (MS), ao Plano Nacional de Atividade Física, ao PDCNT – Plano Nacional para o Controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis e ao Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade, buscou-se em 2012 promover maior integração das ações das pastas, com vistas a otimizar as ações e recursos dos programas PELC e Vida Saudável do ME e Academia da Saúde e Programa Saúde na Escola do MS. Além disso, foi estabelecida parceria com o SESC e outras instituições para o lançamento da Campanha MOVE BRASIL, que sinaliza uma série de ações conjuntas, com o objetivo de fomentar no país a prática regular de atividades físicas e esportivas no lazer.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 50% ao ano o acesso ao esporte a crianças, adolescentes e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas voltadas ao seu desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social (Segundo Tempo), beneficiando 1.296.000 nas capitais e municípios com mais de 1000 habitantes e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação**

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Esporte concentrou seus esforços na criação de novos modelos de acompanhamento e fiscalização, bem como no fortalecimento pedagógico do Programa Segundo Tempo (PST) padrão e do PST no Mais Educação, em parceria com o Ministério da Educação.

Quanto ao PST padrão, foram priorizadas as renovações de parcerias que obtiveram um bom indicador de atendimento e os projetos especiais que abarcavam novas estratégias de funcionamento. Assim, foram tramitadas parcerias com 22 prefeituras, duas secretarias estaduais e duas universidades, sendo uma estadual e uma federal, com o alcance de 39.920 beneficiados, em 350 núcleos. Em 2012, considerando os convênios já vigentes e os formalizados neste exercício, apresenta-se o total de 840.740 crianças e jovens beneficiados, distribuídos em 7.500 núcleos.

Quanto ao PST no Mais Educação, que se dá pela adesão das escolas, foi atingida a marca de 1.053.874 beneficiados no exercício, que somada aos beneficiados ainda atendidos, totaliza 1.555.051 beneficiados.

Quantidade alcançada

1.093.794

Data de Referência

14/02/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	241.000	unidade	287.129	14/02/2013
Região Centro-Oeste	505.017	unidade	57.664	14/02/2013
Região Nordeste	2.033.595	unidade	316.924	14/02/2013
Região Norte	887.638	unidade	118.960	14/02/2013
Região Sudeste	2.961.661	unidade	234.898	14/02/2013
Região Sul	804.049	unidade	78.128	14/02/2013

- **Criar 228 projetos esportivos de Legado Social dos Grandes Eventos - Copa 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, voltados à inclusão social, juventude e educação.**

Análise Situacional da Meta

O grande desafio apresentado no exercício foi a construção do contexto de esporte e lazer como legado social dos

grandes eventos. Os programas já desenvolvidos, como o Segundo Tempo e o Esporte e Lazer da Cidade, são efetivos legados sociais e em 2012 já atendiam a mais de 3 milhões de beneficiários. O desafio é potencializar o processo de rendimento esportivo e o processo de inclusão pelo esporte.

Com relação ao esporte escolar, em 2012 também foi apoiado um calendário de competições, atendendo aproximadamente 3.661 atletas. Foram realizados quatro eventos nacionais e cinco internacionais em parceria com a Confederação Nacional Brasileira do Desporto Escolar (CBDE). Já no esporte universitário, apoiou-se 14 eventos internacionais, atendendo a aproximadamente 640 atletas e 380 outros beneficiados (técnicos e dirigentes), em parceria com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU). Ainda em 2012, foram realizados os XVIII Jogos Sul-Americanos Escolares, que reuniram 12 países da América do Sul, aproximadamente 2.500 atletas, na cidade de Natal/RN. Concomitante aos Jogos, aconteceu a Assembleia Ordinária do Conselho Sul-Americano de Esporte (CONSUDE), com a participação de Ministros do Esporte e representantes dos 12 países participantes.

No âmbito da política esportiva indígena, além dos núcleos tradicionais do PST e do PELC, existem os Jogos dos Povos Indígenas, que ocorrem a cada dois anos e são considerados um dos maiores encontros esportivos culturais e tradicionais de indígenas da América. Os Jogos KARI-OCA 2012 ocorreram na cidade do Rio de Janeiro/RJ, por ocasião da Conferência Rio+20, e envolveram aproximadamente 360 indígenas de 20 etnias brasileiras e 20 articuladores indígenas.

Vale ainda citar a constituição de parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, objetivando a reflexão sobre os "Legados do Esporte Brasileiro". O projeto prevê a realização de um encontro entre diferentes professores e pesquisadores de vários estados brasileiros para planejar, organizar e operacionalizar a publicação de uma coletânea de livros.

- **Criar projetos de esporte e atividade física que contribuam com a promoção da saúde e da qualidade de vida da população, com atenção especial aos idosos nos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer nas 27 capitais e 553 municípios**

Análise Situacional da Meta

Até 2011, o Vida Saudável foi considerado um tipo de núcleo do PELC. Já em 2012 foi valorizado e passou a ser um importante programa social, atendendo especificamente adultos com idade a partir de 45 anos. Cabe ressaltar que este esforço está sintonizado com a tendência de aumento da longevidade do brasileiro, segundo apurações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Neste sentido, buscando avançar na democratização do acesso, desenvolveu-se em 2012 o chamamento público para novos projetos, avançando para a municipalização do programa e para o envolvimento das universidades brasileiras no atendimento da população. Foram tramitadas 31 parcerias com 28 prefeituras e três entidades federais, com estimativa de atendimento a mais de 82 mil beneficiários em atividades diretas e indiretas.

Ademais, considerando os convênios vigentes de exercícios anteriores, no Vida Saudável foi apurado em 2012 o atendimento a 34.000 beneficiados, em 17 núcleos, atendendo a 8 mil beneficiados na região Nordeste, 12 mil na região Sudeste; 6 mil na região Centro-Oeste; 4 mil na região Norte e 4 mil na região Sul.

Quantidade alcançada

31

Data de Referência

14/02/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	327	unidade	31	14/02/2013

Região Centro-Oeste	10	unidade	8	14/02/2013
Região Nordeste	42	unidade	12	14/02/2013
Região Norte	12	unidade	0	14/02/2013
Região Sudeste	122	unidade	6	14/02/2013
Região Sul	40	unidade	5	14/02/2013

- **Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.**

Análise Situacional da Meta

No Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) – Núcleos Urbanos e para Povos e Comunidades Tradicionais, foram tramitadas 34 parcerias com 31 prefeituras e três entidades federais, assim distribuída, com estimativa de atendimento a 209 mil beneficiários em atividades diretas e indiretas.

Em 2012, considerando os convênios vigentes de exercícios anteriores, foi apurado o atendimento de 660 mil beneficiados, apresentando 165 núcleos, sendo 162 urbanos (atendendo a 116.000 beneficiados na região Nordeste, 304.000 na região Sudeste, 20.000 na região Centro-Oeste, 92.000 na região Norte e 116.000 na região Sul) e 3 núcleos Povos e Comunidades Tradicionais (atendendo a 8.000 beneficiados na região Centro-Oeste e 4.000 na região Norte).

Quantidade alcançada

660.000

Data de Referência

14/02/2013

- **Incluir nas diretrizes dos programas relacionados ao esporte, lazer e atividade física a equidade de gênero e raça**

Análise Situacional da Meta

Os fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo já contemplam o capítulo “Corpo, Gênero e Sexualidade – Educando para a diversidade”, que orienta quanto à aplicação da proposta de promover a inclusão social com foco nas questões de gênero e raça/etnia. Especificamente nas diretrizes do PST padrão, em 2012 também foi consolidado como um dos princípios o “da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social”, detalhando no item “o que se espera com o desenvolvimento dos projetos” a democratização do acesso ao esporte educacional, sem qualquer distinção ou discriminação.

Ademais, na capacitação pedagógica promovida, os profissionais vinculados ao PST são orientados a contemplar nos planejamentos pedagógicos modalidades atrativas para ambos os gêneros, formar turmas mistas e trabalhar de forma inclusiva com todos os beneficiados, sendo a respectiva efetivação verificada regularmente nas visitas de acompanhamento realizadas a cada ciclo pedagógico.

Já nas diretrizes do PST no Mais Educação, foi inserido o objetivo específico de “Promover a inclusão, minimizando as desigualdades e qualquer tipo de discriminação por condições físicas, sociais, de raça, de gênero, de cor ou de qualquer natureza que limitem o acesso à prática esportiva”.

Também consta nas diretrizes do PELC o objetivo de ampliar ações de democratização do acesso a conhecimentos e práticas de esporte e lazer, considerando direitos sociais de todos os cidadãos, assim como fomentar ações integradas com as demais políticas públicas, com vistas à promoção de inclusão social e do desenvolvimento humano.

Além disso, convém destacar que, na produção científica dos programas PST, PELC e Vida Saudável, estão em fase de pesquisa e elaboração de capítulos específicos que tratam da inclusão social, equidade de gênero e raça, entre outros.

OBJETIVO: 0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo

Com esse objetivo, vêm sendo executadas ações voltadas para a constante melhoria e desenvolvimento do esporte de alto rendimento nacional, tendo como principais realizações:

1. PROGRAMA BOLSA ATLETA

Em 2012 foram oferecidas cinco categorias de bolsa: Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpico/Paralímpico, dobrando-se o investimento em bolsas na base do esporte brasileiro. O país alcançou o maior volume de recursos aplicados diretamente no desempenho de atletas brasileiros, resultado que está em plena sintonia com o objetivo de transformar o Brasil em potência esportiva a partir de 2016. A importância da iniciativa é destacada quando se analisa a delegação de 259 atletas brasileiros que foram aos Jogos Olímpicos de Londres 2012, dos quais 111 eram bolsistas, sendo que 10 deles ganharam medalhas, de um total de 17 pódios do Brasil. Já dos 182 atletas da delegação que foi aos Jogos Paralímpicos, 156 eram bolsistas, e 37 conquistaram medalhas, de um total de 43 pódios.

Como estratégia de desenvolvimento da iniciativa, será implementada a nova categoria Atleta Pódio, parte integrante do Plano Brasil Medalhas.

2. PLANO BRASIL MEDALHAS

Em 2012, o Governo Federal lançou o Plano Brasil Medalhas 2016, com investimento previsto de R\$ 1 bilhão no próximo ciclo olímpico, entre 2013 e 2016. O Plano contém um conjunto de medidas para o desenvolvimento de modalidades com o objetivo de posicionar o Brasil entre os dez principais países olímpicos e os cinco principais paralímpicos. Serão priorizados investimentos nas modalidades com mais chances de obter medalhas. Foram escolhidas 21 modalidades olímpicas e 15 paralímpicas. A estratégia é conquistar mais medalhas nas modalidades em que o Brasil já as conquistou e garantir outras medalhas em novas modalidades. Do total de recursos a serem investidos, dois terços serão do Orçamento Geral da União e um terço serão investimentos de empresas estatais. Desse investimento adicional, R\$ 690 milhões serão aplicados diretamente no apoio ao atleta e R\$ 310 milhões se destinarão à construção, reforma e operação de 22 centros de treinamento. Desses, 21 são centros de modalidades olímpicas e um paralímpico. Vale lembrar que as modalidades não incluídas no Plano continuarão sendo apoiadas e seguirão recebendo recursos pelas fontes tradicionais de financiamento federal. Da mesma forma, as outras categorias do Bolsa Atleta (Estudantil, de Base, Nacional, Internacional e Olímpica/Paraolímpica) serão mantidas com os critérios atuais.

3. SUPORTE À GESTÃO

Para melhorar a capacidade operacional, buscar maior celeridade nos seus processos e aprofundar o conhecimento sobre o esporte de alto rendimento, foram firmados contratos com a Fundação Getúlio Vargas (apoio à elaboração dos projetos básico e executivo da construção do novo autódromo internacional do Rio de Janeiro, no bairro de Deodoro); com a Caixa Econômica Federal (profissionais da estatal vão colaborar na análise técnica de projetos de engenharia, tendo sido criados núcleos de trabalho nas cidades do Rio de Janeiro e Brasília); e com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (60 especialistas bolsistas levantarão informações sobre esportes olímpicos e paralímpicos no país, contribuindo para a formulação do Plano Nacional do Esporte de Alto Rendimento).

4. OBRAS OLÍMPICAS

No mês de maio de 2012, o Ministério do Esporte assinou, com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e com a

Prefeitura do Rio de Janeiro, termos de cooperação que estabelecem as incumbências dos entes federativos na construção de instalações esportivas para os Jogos Olímpicos e os Jogos Paralímpicos Rio 2016 sob a responsabilidade do setor público. As obras do Centro Olímpico de Treinamento de Deodoro (COT/Deodoro), que abarcam o estádio de canoagem slalom, centro de ciclismo BMX, arena de esgrima, Centro Nacional de Pentatlo Moderno Coronel Eric Tinoco Marques, Centro de Hóquei sobre Grama Sargento João Carlos de Oliveira, Centro Nacional de Tiro Esportivo Tenente Guilherme Paraense, Centro Nacional de Hipismo General Eloy Menezes, as áreas comuns dessas instalações e o novo autódromo internacional do Rio, ficarão a cargo do governo estadual. Já as instalações do Centro Olímpico de Treinamento da Barra da Tijuca (COT/Barra), abarcando estádio de handebol, pista de atletismo, velódromo, complexo de tênis e parque aquático, serão executadas pelo Município do Rio de Janeiro. Em ambos os casos, o financiamento é da União, cabendo ao Ministério do Esporte o repasse dos recursos necessários e o acompanhamento da execução das obras.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 100% das modalidades esportivas dos Programas Olímpico e Paraolímpico, visando à preparação para Rio 2016.**

Análise Situacional da Meta

Das 58 modalidades que compõem os Programas Olímpicos e Paralímpicos, o Ministério do Esporte conseguiu atender a 79,3%, já em 2012. Os esforços visando o alcance pleno da meta basearam-se em diversas atividades, tais como: parcerias com os comitês olímpico e paralímpico nacionais, federações e confederações esportivas; formalização de convênios com governos municipais, estaduais e universidades; repasses de recursos a outros órgãos da administração pública que também coordenam o esporte de alto rendimento nacional, como o Ministério da Defesa; apoio a realização de eventos, apoio a clubes esportivos, dentre outros.

Quantidade alcançada

79,31

Data de Referência

31/12/2012

- **Atuar na promoção da defesa dos direitos do torcedor em todos os seus aspectos, especialmente por meio do mapeamento das condições de segurança e conforto dos estádios, do estímulo ao cadastramento de 475 torcidas organizadas e à instalação de monitoramento de imagens em arenas esportivas (Torcida Legal).**

Análise Situacional da Meta

Em relação ao controle de acesso e monitoramento dos estádios de futebol, houve mudança de estratégia e encontra-se em desenvolvimento novo projeto objetivando a elaboração de estudos de novos procedimentos para o aprimoramento dos laudos técnicos, exigidos pelo Decreto nº 6.795, que regulamenta o artigo 23 do Estatuto do Torcedor, e a classificação dos estádios de futebol conforme suas condições de segurança e conforto. Estes estudos objetivam a aferição das condições de segurança, conforto, acessibilidade e higiene nos estádios brasileiros, a partir da análise estatística dos dados e laudos técnicos emitidos e de informações obtidas em visitas técnicas a 152 estádios de futebol.

Para efetivação do cadastramento, foram realizados encontros nacionais com as torcidas organizadas com o objetivo de avaliar e discutir temas relacionados à segurança e ao conforto dos torcedores nos estádios de futebol, bem como ampliar o diálogo entre Governo Federal e torcidas organizadas visando a pacificação nos eventos de futebol. Participaram dos eventos dirigentes de torcidas de todas as regiões do Brasil, representantes das polícias militares dos estados, Ministério Público e a imprensa especializada. Além disso, foram realizadas reuniões com representantes do ministério público dos estados (RJ, RS, PE e SP), federações estaduais de futebol, polícia militar e torcidas organizadas, visando a identificação das ações em execução, experiências e dificuldades operacionais com objetivo de subsidiar a uniformização de procedimentos de fiscalização do cumprimento do Estatuto do Torcedor.

- **Contemplar 100% dos atletas de modalidades dos Programas Olímpico e Paraolímpico e dos programas Pan e Parapan-americanos que preencherem os requisitos e se candidatarem ao Bolsa-Atleta, em todas as suas categorias.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 o Programa Bolsa Atleta atendeu a 4.213 atletas. Este número corresponde à totalidade de inscrições que preenchem aos requisitos necessários, cabendo informar que os atletas que não foram contemplados são aqueles que não entregaram a documentação necessária em tempo hábil. Ressalta-se ainda que estes foram comunicados por meio de correio eletrônico sobre as pendências identificadas. Durante os Jogos Paralímpicos de 2012, em 100% das modalidades em que foram conquistadas as 43 medalhas da delegação brasileira, houve participação de bolsistas do Programa Bolsa Atleta.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2012

- **Elevar os indicadores médios de estrutura de gestão e estrutura de governança dos clubes de futebol profissional das séries A, B, C e D**

Análise Situacional da Meta

A autonomia das entidades de administração do futebol é estabelecida por lei e requer estudos preliminares aprofundados para que não haja interferência direta na gestão do futebol profissional. Estão sendo realizadas reuniões com clubes e entidades relacionadas ao futebol para elaboração de modelos de gestão e estrutura de governança, visando o desenvolvimento do futebol profissional, a defesa dos direitos do torcedor e o estímulo da atividade econômica relacionada ao futebol.

- **Estimular a formação de atletas e árbitros em parceria com os clubes esportivos e entidades representativas de árbitros**

Análise Situacional da Meta

Por meio de transferências de recursos em diversas modalidades, o Ministério do Esporte estimulou e apoiou a formação de atletas e árbitros, conforme a meta estabelecida, promovendo a participação de atletas, técnicos, dirigentes, professores de educação e gestores esportivos em cursos, seminários, congressos, intercâmbios científicos tecnológicos e esportivos e outros tipos de transmissão de conhecimento. A modalidade de apoio depende de cada tipo de demanda, podendo ser: formalização de convênios com governos municipais e estaduais, universidades, entidades de administração do esporte, comitês olímpicos e paralímpico nacionais; apoio à realização de eventos; construção e reforma de ginásios e pistas de atletismo; dentre outros.

- **Estimular a profissionalização da gestão das Entidades Nacionais de Administração do Esporte, com ênfase nas entidades dos programas Olímpicos e Paraolímpicos.**

Análise Situacional da Meta

A gestão das Entidades Nacionais de Administração do Desporto (ENADs) está ligada à profissionalização das funções de coordenação, gerenciamento, supervisão técnica e de técnico esportivo. O Ministério do Esporte apoiou, em cerca de 70% dos convênios, a contratação de profissionais para que os resultados organizacionais e esportivos fossem compatíveis com os valores repassados. Com essa modalidade de apoio, está sendo estimulada a gestão profissional nas ENADs.

- **Estímulo à criação e consolidação de competições regionais, à racionalização do calendário do futebol profissional e contribuição para o desenvolvimento do futebol feminino.**

Análise Situacional da Meta

Com apoio do Ministério do Esporte foi realizada, no período de 15 a 25 de novembro de 2012, a Copa Libertadores de Futebol Feminino, com objetivo de estimular e fomentar a participação de equipes brasileiras em eventos do futebol. A competição foi realizada em três cidades sede no Estado de Pernambuco (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão). Eventos internacionais trazidos para o território nacional auxiliam a promoção do futebol feminino, estimulam a criação de equipes regionais, despertam o interesse de novos atletas, bem como aproximam os torcedores dessa modalidade de futebol no cenário nacional. Também foram realizadas diversas reuniões com a Confederação Brasileira

de Futebol no sentido de criar mecanismos para o desenvolvimento da modalidade em todo o território brasileiro.

• **Interligar e alinhar Centros de Treinamento nacionais, regionais e municipais - Rede Nacional de Treinamento.**

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Esporte está estruturando iniciativas de integração e alinhamento dos Centros de Treinamento, de forma a estruturar a Rede Nacional de Treinamento para o esporte de alto rendimento. Em razão da complexidade do desafio, várias iniciativas preliminares estão sendo executadas. São elas:

. A implementação do Plano Brasil Medalhas, a partir do qual haverá integração das confederações com os maiores centros de treinamento nacionais e internacionais, possibilitando troca de experiências, realização de treinamentos e clínicas esportivas, com o objetivo de desenvolver o esporte nacional.

. A formulação do Plano Nacional do Esporte de Alto Rendimento, cujo diagnóstico está em fase de desenvolvimento por meio da parceria firmada com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

. O fomento aos centros de treinamentos nacionais, estruturando locais com infraestrutura necessária para o desenvolvimento do esporte.

. A estruturação de plataforma de inteligência esportiva, de forma a mapear a infraestrutura esportiva com a divisão entre centros de treinamentos por atuação e modalidade; acompanhamento do desenvolvimento esportivo dos atletas, em especial seus resultados e o desenvolvimento de seu treinamento; e pesquisa e desenvolvimento do esporte, com a divulgação de questões técnico-científicas relativas às modalidades, viabilizando seu desenvolvimento, comunicação e disseminação das informações.

OBJETIVO: 0686 - Coordenar, monitorar e fomentar os esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e eventos a ela relacionados.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo

A preparação para o evento envolve a realização de investimentos públicos e privados para viabilizar uma infraestrutura adequada (estádios, mobilidade urbana, aeroportos e portos), a disponibilização de serviços essenciais para a realização do evento (segurança, estrutura turística, telecomunicações e energia) e a elaboração e execução de planos para a operação dos serviços públicos durante os jogos (operação aeroportuária e portuária, operação de transporte e mobilidade urbana, operação diferenciada no fornecimento de energia e telecomunicações, operação planejada de segurança, saúde, prevenção e emergência, etc.), além de iniciativas governamentais voltadas à potencialização dos efeitos positivos do evento, proporcionando legados econômicos, sociais e culturais.

O Ministério do Esporte é coordenador do Comitê Gestor do Governo Brasileiro para a Copa – CGCOPA e do Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 – GECOPA, principais instâncias governamentais responsáveis pela preparação e organização da Copa do Mundo FIFA 2014. A prioridade é o monitoramento da execução dos empreendimentos apontados na Matriz de Responsabilidades, instrumento que define as responsabilidades de cada um dos entes federados para a execução das medidas conjuntas e projetos relevantes para a realização do Mundial, bem como o planejamento das ações realizadas em conjunto com as cidades-sede, entes governamentais e agentes privados envolvidos no evento.

Os empreendimentos de infraestrutura e serviços previstos na Matriz de Responsabilidade somam até o momento R\$ 26 bilhões, dos quais R\$ 15,2 bilhões são financiamentos ou recursos federais. Com relação aos estádios, os de Fortaleza, Belo Horizonte e Salvador já foram inaugurados, outros três estarão concluídos para a Copa das Confederações e os outros seis serão entregues até seis meses antes da Copa do Mundo. Na mobilidade urbana (veículos leves sobre trilhos, BRTs, corredores e vias, estações, terminais, etc.), um dos mais importantes legados para a população, 45 dos 53 projetos estavam em andamento ao final de 2012. Na área de aeroportos, estão previstos 30 empreendimentos, contemplando a

reforma e construção de novos terminais de passageiros, pistas, pátios para aeronaves e torres de controle, sendo que 9 desses empreendimentos foram concluídos em 2012. Há ainda seis portos em obras. Estão também em execução diversos projetos na área de telecomunicações (expansão da rede de fibra ótica e implantação de equipamentos e sistemas), turismo (infraestrutura, qualificação profissional e expansão da rede hoteleira) e segurança (aquisição de equipamentos, implantação de Centros Integrados de Comando e Controle, além de ações de defesa e planos de contingência).

Metas 2012-2015

- **Apoiar o programa de voluntariado da Copa do Mundo FIFA 2014, com mobilização de 30 mil voluntários**

Análise Situacional da Meta

O programa Brasil Voluntário, com objetivo de oferecer suporte ao programa de voluntariado da FIFA, definiu como meta a mobilização de 50 mil candidatos, dentre os quais serão selecionados e formados 7 mil voluntários para atuar na Copa das Confederações, evento teste preparatório para a Copa do Mundo FIFA 2014. O cronograma de execução prevê a seleção de 13 mil inscritos para que estes participem da primeira etapa da capacitação, via educação à distância. A segunda etapa de capacitação (processo de formação presencial) contemplará então os 7 mil voluntários escolhidos, tendo em vista a realização da Copa das Confederações em junho de 2013.

- **Coordenar o Comitê Gestor do Governo Brasileiro para a Copa do Mundo FIFA 2014 e garantir o funcionamento do seu modelo de governança com a atuação plena das nove Câmaras Temáticas**

Análise Situacional da Meta

Para coordenação dos esforços de preparação do país para a Copa do Mundo de 2014 foram criados as seguintes instâncias: Comitê Gestor da Copa (CGCOPA), Grupo Executivo da Copa (GECOPA), Comitê de Responsabilidades e Câmaras Temáticas Nacionais. O Ministério do Esporte é responsável pela coordenação tanto do CGCOPA como do GECOPA.

O CGCOPA tem a atribuição de estabelecer as diretrizes do Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, bem como supervisionar os trabalhos do Grupo Executivo.

A função do GECOPA é instituir o Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, bem como estabelecer metas e monitorar os resultados de implementação e execução do referido Plano, coordenar e aprovar as atividades governamentais referentes à Copa do Mundo FIFA 2014 desenvolvidas por órgãos e entidades da administração federal ou financiadas com recursos da União e, por fim, acompanhar a execução dessas atividades.

O Comitê de Responsabilidades é o fórum de relacionamento entre a União, estados e municípios. Cada município e estado-sede indica representante responsável por centralizar e uniformizar as informações necessárias para o monitoramento das ações e para a tomada de decisão tempestiva sobre os pontos de atenção identificados.

As Câmaras Temáticas Nacionais, coordenadas por órgãos do Governo Federal, são espaços de discussão de políticas públicas e soluções técnicas dos quais participam representantes do Governo Federal, das cidades-sede (estados e municípios) e, se necessário, representantes da sociedade civil. Em cada uma das doze cidades-sede dos jogos funcionam comissões integradas por representantes dos respectivos órgãos federais, estaduais e municipais.

Além dessas instâncias, o GECOPA estabeleceu fóruns técnicos responsáveis pela realização das atividades do Governo Federal na preparação da Copa das Confederações 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014. As Câmaras Temáticas tem como objetivo propor políticas públicas para temas relacionados às competições (meio ambiente e sustentabilidade; saúde; transparência; desenvolvimento turístico, acomodações e cultura; educação, trabalho e ação social). Já os grupos de trabalho são responsáveis pela definição de planos operacionais para os eventos (acomodações

e receptivos; transporte e mobilidade; telecomunicações; aeroportos; energia; segurança; comunicação e promoção; saúde; voluntariado; monitoramento da venda de ingressos e acesso aos estádios).

- **Implementar, conjuntamente com os demais órgãos do Governo Federal, 100% do Plano para promoção dos interesses estratégicos do país como sede do evento**

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Esporte publicou Edital de Chamada Pública, com objetivo de selecionar projetos para integrarem a Programação Oficial do Governo Federal na Promoção do Brasil pela realização da Copa do Mundo FIFA de 2014. Os projetos foram selecionados conforme a aderência a três eixos previamente definidos : negócio, turismo e sócio-cultural. A seleção contemplou um total de 96 projetos, que receberam chancela certificadora de sua condição de integrantes da Programação Oficial do Governo Federal para a Promoção do Brasil pela Copa do Mundo FIFA de 2014.

Quantidade alcançada

96

Data de Referência

07/03/2013

- **Monitorar a execução dos empreendimentos apontados na Matriz de Responsabilidades e outras ações realizadas em conjunto com as cidades-sede, entes governamentais e agentes privados envolvidos no evento**

Análise Situacional da Meta

O Governo Federal realiza análise contínua dos empreendimentos da Copa do Mundo, em conjunto com os governos locais, para auxiliar nas decisões relativas à atualização ou revisão da Matriz de Responsabilidades. São realizadas reuniões presenciais com representantes das cidades-sede, quando são atualizados datas e valores, assim como debatidos os resultados de ações, restrições e providências para a conclusão tempestiva das obras. O conjunto das informações é parte integrante do Balanço das Ações do Governo Brasileiro para a Copa 2014. Os Balanços são publicados periodicamente no Portal da Copa (www.copa2014.gov.br).

OBJETIVO: 0687 - Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo

Em 2016, o Brasil sediará pela primeira vez os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Para os Jogos Olímpicos Rio 2016, espera-se mais de 10.500 atletas de aproximadamente 200 nações, disputando 44 modalidades esportivas. Já, para os Jogos Paralímpicos, estima-se receber mais de 4.200 atletas, de 150 países, que competirão em 21 modalidades.

Os Jogos são uma oportunidade para elevar o país ao patamar de potência olímpica, estimular a cadeia produtiva do esporte, aumentar o número de visitantes estrangeiros e incrementar o turismo nacional, atrair mais investimentos externos e fortalecer a imagem do país como economia forte. Além disso, a cidade do Rio de Janeiro, com apoio e financiamento federal, passará por importantes transformações urbanas.

Os esforços governamentais para preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos envolve as três esferas de governo. Para coordenar a ação dos governos federal, estadual e municipal, foi criada a Autoridade Pública Olímpica (APO). No âmbito do Governo Federal, foi instituído o Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (CGOLIMPÍADAS), que deve estabelecer diretrizes para as ações do Governo, assim como o Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (GEOLIMPÍADAS), com a missão de monitorar a implementação e execução das ações. As duas instâncias estão em funcionamento e são coordenadas pelo Ministério do Esporte.

Para preparação, promoção e realização dos Jogos, foram estabelecidos, por termos de cooperação, os compromissos para

execução pelo Governo do Estado e do Município do Rio de Janeiro, como detalhado a seguir.

Metas 2012-2015

• **Garantir a eficiente atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016**

Análise Situacional da Meta

Os esforços governamentais para preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos envolve as três esferas de governo. Para coordenar a ação dos governos federal, estadual e municipal, foi criada a Autoridade Pública Olímpica (APO), consórcio público responsável por coordenar as ações de planejamento, monitoramento e entrega de obras e serviços necessários à realização dos Jogos, elaboração da Matriz de Responsabilidades - visando a definição das obrigações das partes -, assim como o planejamento do uso do legado dos Jogos, entre outros pontos. Ao longo de 2012, a APO atuou no acompanhamento das instâncias constituídas pelos entes federados para a implementação dos projetos relacionados aos Jogos, participando dos encaminhamentos.

No âmbito do Governo Federal, aos moldes da estrutura de governança estabelecida para a organização da Copa do Mundo 2014, foi instituído o Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (CGOLIMPÍADAS), que deve estabelecer diretrizes para as ações do Governo. Também foi criado o Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (GEOLIMPÍADAS), com a missão de monitorar a implementação e execução das ações definidas pelo CGOLIMPÍADAS. Ambas as instâncias estão em funcionamento e são coordenadas pelo Ministério do Esporte.

Outras iniciativas do Governo Federal, com o objetivo de garantir a eficiente atuação na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, são:

- . Acordo de Cooperação Técnica com a Caixa Econômica Federal, com a instalação de duas equipes dedicadas ao acompanhamento dos projetos;
- . Desenvolvimento de sistemas e metodologias de acompanhamento e desempenho da execução dos objetivos;
- . Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Esporte, o Estado do Rio de Janeiro e a APO; e
- . Termo de Cooperação para descentralização de crédito, em favor da UFRJ, para, entre outros pontos, financiar a construção do Laboratório de Controle de Dopagem e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (LABDOP/LADETEC), onde serão realizados os testes durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

• **Implantar e modernizar a infraestrutura esportiva necessária à realização dos Jogos Rio 2016 e identificar, fomentar e desenvolver ações e medidas que contribuam para a geração e ampliação de legado esportivo**

Análise Situacional da Meta

A implantação e modernização da infraestrutura esportiva para a realização dos Jogos é uma responsabilidade das três esferas de governo. Foi estabelecido, por termos de cooperação, que o Governo do Estado do Rio de Janeiro terá como compromisso a execução da infraestrutura do Centro Olímpico de Treinamento de Deodoro (COT/Deodoro), compreendendo estádio de canoagem slalom, centro de ciclismo BMX, arena de esgrima, Centro Nacional de Pentatlo Moderno Coronel Eric Tinoco Marques, Centro de Hóquei sobre Grama Sargento João Carlos de Oliveira, Centro Nacional de Tiro Esportivo Tenente Guilherme Paraense, Centro Nacional de Hipismo General Eloy Menezes, as áreas comuns dessas instalações e o novo autódromo internacional do Rio de Janeiro. Sob o encargo do Município do Rio de Janeiro está a execução das instalações do Centro Olímpico de Treinamento da Barra da Tijuca (COT/Barra), abarcando o estádio de handebol, o Centro Internacional de Transmissão (IBC), a pista de atletismo, o velódromo, o complexo de tênis e o parque aquático. O Governo Federal apoiará os governos locais para a implantação desses equipamentos, assim como outros investimentos que contribuem para a geração e ampliação do legado esportivo.

Durante o ano de 2012, vários projetos relacionados aos jogos foram analisados e tiveram suas execuções autorizadas, através da assinatura de termos de cooperação, contratos de repasse e convênios com entes federais, estaduais e

municipais. Os projetos foram direcionados para a reforma, ampliação e construção de novos centros de atletismo, implantação do Centro de Excelência de Hipismo, Centro de Treinamento Paralímpico, Programa de Ciência e Tecnologia Aplicada ao Tênis de Alto Rendimento, implantação de estrutura completa, montagem e equipagem do Centro do Desenvolvimento de Handebol, construção de Pista de Ciclismo – BMX, Centro Pan-Americano de Judô de Lauro de Freitas, Centro Nacional de Tiro Esportivo de Deodoro, Arena de Hipismo e Combinado e Centro Aquático do Pentatlo Moderno e, ainda, ginásios poliesportivos.

Outro projeto que se iniciou em 2012 foi a criação dos Centros de Iniciação ao Esporte. Tal projeto se concretizará em 2013, e contemplará mais de 300 centros em todo o país.